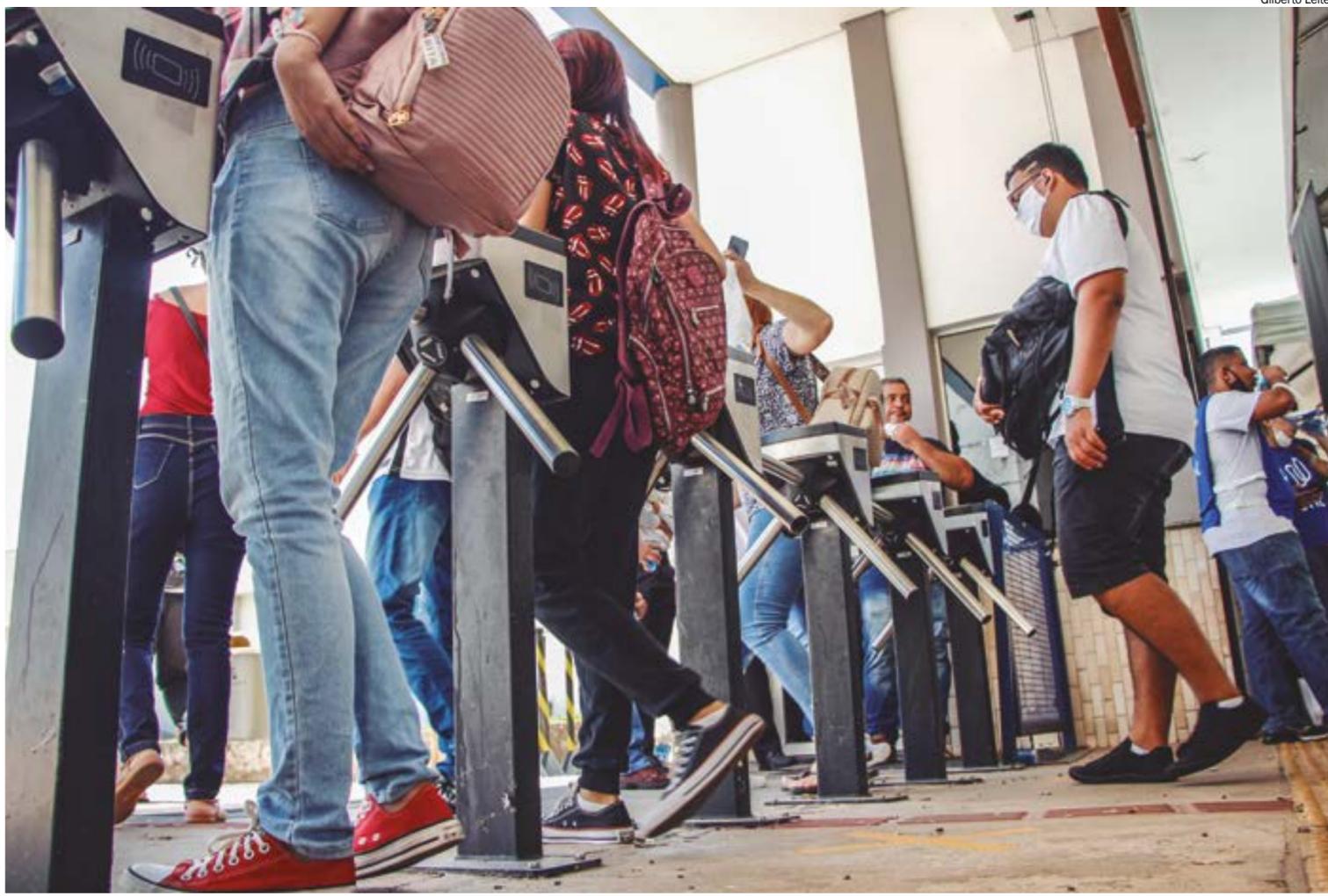


Em MT, mais de 52 mil podem renegociar o Fies com desconto

Gilberto Leite

Estudantes ou formados que tenham dívidas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) poderão renegociar seus débitos com descontos de até 99% do valor consolidado da dívida. Segundo o Ministério da Educação, em Mato Grosso, 52.077 contratos estão inadimplentes. A oportunidade de "zerar" a dívida começou nesta terça-feira, 7 de novembro, em todo o país. As condições são oferecidas por meio das agências da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Para obter mais informações sobre as condições, os inadimplentes devem procurar a agência do banco responsável pelo financiamento. De acordo com o ministro da Educação, Camilo Santana, mais de 1,2 milhão de pessoas estão inadimplentes com o Programa no Brasil

PÁG. 7



Sérgio Ricardo critica insistência no VLT

Recém-eleito presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), o conselheiro Sérgio Ricardo afirmou que a insistência do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) pela construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em Cuiabá é infrutífera e só trará prejuízos para a po-

pulação cuiabana. Em conversa com jornalistas na quarta-feira, 8 de novembro, Sérgio Ricardo afirmou que o VLT se tornou inviável no traçado que era vislumbrado em 2012 e precisa ser remodelado para se adaptar à nova realidade da capital

PÁG. 5

No STF, Mauro ressalta apoio a pescadores

O governador Mauro Mendes (União Brasil) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que extinga a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questiona a Lei do Transporte Zero (lei estadual n. 12.197), que proíbe o transporte e comercialização de pescado dos rios de Mato Grosso pelo

prazo de cinco anos. No texto, Mendes alega que o partido reconhece que a lei estadual está inserida na competência legislativa concorrente do Estado de Mato Grosso para legislar sobre pesca, proteção ao meio ambiente e proteção ao patrimônio turístico

PÁG. 4

Atraso no plantio da soja ameaça o milho safrinha

O clima tem causado desafios para os agricultores de Mato Grosso nesta temporada. O calor extremo e a estiagem registrados em outubro atrasaram o plantio de soja, o que deve impactar diretamente o calendário ideal de plantio do milho,

o que, por sua vez, pode influenciar as tecnologias adotadas e a extensão da área plantada para o próximo ciclo agrícola. Porém, esse é apenas um dos desafios que os produtores devem enfrentar nesta safrinha

PÁG. 8

Mauro Mendes critica pontos da Reforma

PÁG. 3

Juca cogita disputar Prefeitura de Cuiabá

O deputado estadual Juca do Guaraná defende que o MDB lance uma candidatura própria a prefeitura de Cuiabá e, inclusive, se coloca à disposição do partido para enfrentar o pleito em 2024. O emendista cita que além do seu nome, a legenda conta com mais dois vereadores, Rogério Varanda e Sargento Vidal, além da deputada estadual Janaina Riva, que também podem disputar a eleição. Para Juca, é praticamente uma obrigação que o MDB lance candidatura própria, pois comandou a cidade por 2 mandatos

PÁG. 3

Motoristas terão mais 40 dias para se adaptar

Em processo de implementação, o novo sistema de estacionamento rotativo que será utilizado na região central de Cuiabá, o "Cuiabá Rotativo", terá mais de 40 dias de período educativo sem cobrança. As tarifas variam de R\$ 3,40 a hora para carros e R\$ 2,00 para motos. Quando começar a valer, o não pagamento ocasionará em multa de R\$ 30,00 para regularizar e, no caso de não regularização, o devedor irá pagar multas que variam de R\$ 70 a R\$ 150. Para quem utiliza bicicleta como meio de transporte, o estacionamento será gratuito

PÁG. 6

Não vendemos boias, vendemos segurança para seu pandinha.

Unidade Shopping Estação Cuiabá-MT



panda pool

EDITORIAL

O futuro se constrói agora

São cada vez menores as chances de a humanidade evitar um desastre planetário decorrente das mudanças climáticas, cujos sintomas já começam a ser sentidos em várias partes do mundo, com secas e chuvas recordes. Para muitos, os riscos parecem distantes, como uma distopia cinematográfica, restrito aos fóruns de debates, universidades e organizações não governamentais. Esse 'negacionismo climático' é até compreensível, principalmente no Brasil, país tão abençoado com terras férteis e clima favorável para

o cultivo, a terra onde "em se plantando, tudo dá" como já relatava Pero Vaz de Caminha em sua primeira carta a Portugal.

Acontece que assim como o vírus que causou a pandemia de covid-19, as mudanças climáticas se aproximam de nós de forma praticamente imperceptível. E como já sabemos, a natureza se impõe sem piedade. Os efeitos da crise climática estão cada vez mais próximos e tendem a aumentar nos próximos anos, como uma doença que começa com uma pequena dorzinha e logo se torna in-

sustentável. É o que aponta o relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre o Clima (IPCC), relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste novo levantamento, a organização se dedicou a avaliar as vulnerabilidades naturais e socioeconômicas dos países às mudanças climáticas, em uma tentativa de se adiantar aos impactos regionais e traçar medidas para mitigá-los. E o cenário é nada alentador. A previsão geral para o globo é de uma queda na produção de alimentos, um problema e tanto para um mundo cuja população continua crescendo em ritmo acelerado.

Sobre a situação específica do Brasil, o IPCC aponta risco de queda substancial na produção agrícola, o que tende a aumentar a situação de insegurança alimentar em todo o mundo. Em 2021, uma pesquisa da ONU apontou que 116,8 milhões de brasileiros (cerca de 55% da população) já lidavam com algum grau de insegurança alimentar, não por causa da seca ou das enchentes, mas por falta de dinheiro. As mudanças climáticas tendem a agravar esse problema.

O IPCC aponta ainda que há um risco crescente de uma crise humanitária devido à migração da população da região Nordeste, comumente afetada por eventos climáticos adver-

sos, que devem se tornar cada vez mais frequentes. Os 'refugiados do clima' vão disputar trabalho, moradia e alimentos mais ao sul, aumentando a pressão sobre as terras agricultáveis do país.

Essa é a realidade prevista para o Brasil, se nada for feito para mudá-la. Seguimos como um carro desgovernado em direção ao abismo, mas ainda é possível desviar dessa rota de colisão. Para isso, cada um de nós deve se atentar ao seu papel na construção de um futuro mais sustentável, além de cobrar de nossas autoridades que façam sua parte para garantir que nossos filhos e netos tenham um mundo para viver, como nós vivemos.

Ciberameaças em evolução

Eduardo Hiro (*)

À medida que o mundo avança na era digital, uma realidade inquietante se revela: as ciberameaças estão em constante evolução, criando um desafio cada vez maior para a segurança cibernética em todo o mundo. O cenário atual é marcado por uma corrida incessante entre os defensores da cibersegurança e os atacantes, e é uma corrida que nunca termina.

As ameaças cibernéticas não são mais apenas sobre vírus e malwares simples. Elas evoluíram para um ecossistema complexo de ataques sofisticados, incluindo ransomware, ataques de phishing altamente direcionados e até mesmo ameaças baseadas em inteligência artificial. Os criminosos cibernéticos estão usando tecnologias avançadas para explorar vulnerabilidades e criar estratégias de ataque cada vez mais eficazes.

O que torna essa evolução ainda mais perigosa é a crescente interconexão de dispositivos e sistemas em nossa sociedade.

Com a Internet das Coisas (IoT) e a automação desempenhando papéis cada vez mais importantes em nossas vidas, o número de pontos de entrada para possíveis ataques aumentou exponencialmente. Da sua geladeira inteligente à sua conta bancária online, nenhum aspecto da vida moderna está imune a ameaças cibernéticas.

Além disso, os atacantes cibernéticos estão se tornando mais astutos em suas táticas. Eles exploram não apenas falhas técnicas, mas também a falibilidade humana. Os ataques de engenharia social, nos quais os atacantes manipulam as pessoas para revelar informações sensíveis ou realizar ações prejudiciais, estão se tornando cada vez mais comuns e eficazes.

Segundo o portal Kaspersky, ao final de 2021, estimava-se que a cada 11 segundos, pelo menos um negócio, seria alvo de um ataque ransomware, causando um prejuízo de até 20 bilhões de dólares.

Os criminosos cibernéticos não apenas bloqueiam o acesso a sistemas críticos,

mas também exigem resgates astronômicos em criptomoedas, tornando-se um negócio lucrativo que incentiva ainda mais ataques.

Então, como podemos enfrentar essa evolução constante das ciberameaças?

Em primeiro lugar, é imperativo que empresas, governos e indivíduos invistam na educação e conscientização sobre segurança cibernética. As pessoas precisam entender os riscos e saber como se proteger contra ameaças. Elas devem implementar políticas de segurança robustas e treinar seus funcionários para identificar e relatar possíveis ameaças.

Em segundo lugar, a colaboração é essencial. A cibersegurança não é apenas uma responsabilidade individual ou organizacional, mas também compartilhada. Governos, empresas e organizações internacionais devem trabalhar juntos para compartilhar informações sobre ameaças e desenvolver estratégias de defesa conjuntas.

Em terceiro lugar, a inovação em segurança cibernética deve continuar avançando.

À medida que as ameaças evoluem, também devem evoluir as soluções de segurança. A inteligência artificial e a análise de big data desempenharão um papel fundamental na detecção precoce e na resposta a ataques cibernéticos.

Em última análise, a batalha contra as ciberameaças em evolução é uma corrida que nunca termina. No entanto, com educação, colaboração e inovação contínua, podemos estar melhor preparados para enfrentar os desafios que o mundo digital nos apresenta. A segurança cibernética não é uma opção, mas sim uma necessidade para proteger nossa sociedade cada vez mais dependente da tecnologia.

*EDUARDO HIRO é sócio fundador da 5F Soluções em TI. Especialista em cibersegurança, atua como diretor responsável pela área de Produtos e Soluções da empresa.



Lidere pelo exemplo

Francisney Liberato (*)

O exemplo do líder influenciará e contagiará os colaboradores a gerar mudanças e resultados.

O que muitos subordinados reclamam é que eles não desempenham um bom trabalho devido ao exemplo do seu chefe. Nós sabemos que cada um é cada um, portanto não podemos deixar de agir pelo mau exemplo de outros indivíduos, quer seja o líder ou os próprios subordinados.

Um homem que esteve entre nós e deu a maior demonstração de que o seu exemplo contagiou, como também mudou a vida de muitos indivíduos nesta terra, foi Jesus Cristo. Ele é o nosso maior exemplo de que deve haver harmonia e coerência entre a nossa ação ou omissão para que se apresente clarivamente aos nossos liderados.

No livro de João 13:14-15, demonstrase o exemplo dado pelo Mestre: "Se eu, o Senhor e o Mestre, lavei os pés de vocês, então vocês devem lavar os pés uns dos outros. Pois eu dei o exemplo para que vocês façam o que eu fiz".

Mudar é até uma palavra simples, mas que por detrás dela existe uma enorme complexidade e luta contra o nosso próprio "eu" todos os dias. Não é fácil mudar, porém sabemos que não mudar pode ser letal. Outro ponto interessante é que é possível mudar enquanto existir fôlego de vida.

A mudança é necessária para que haja um maior comprometimento dos liderados na consecução dos objetivos da entidade. Sabemos que toda mudança resulta em certo desconforto para o líder como também para o liderado, diante disso, uma nova postura, uma nova filosofia de trabalho vai impactar os resultados da entidade.

O líder precisa espelhar o seu entendimento, os ensinamentos e a forma de trabalho nos seus subalternos, mas, para isso, requer que haja mudança nele primeiramente. O líder não deve apenas dar o exemplo aos seus liderados como também motivá-los e influenciá-los para os propósitos da organização. Segundo François La Rochefoucauld, pode-se utilizar do exemplo

para contagiar as pessoas a fazer o que o líder deseja: "Nada é tão contagioso como o exemplo".

Ninguém muda ninguém à força. Ninguém muda ninguém com conteúdo teórico. Ninguém muda ninguém apenas motivando. Ninguém muda ninguém apenas discursando. É pelo exemplo que ocorrem as genuínas mudanças. O exemplo do líder influenciará os seus colaboradores, para que tomem a decisão correta de mudar suas vidas para melhor.

O conhecimento adquirido pelo líder, quando é ensinado e praticado pelo servidor, é provável que haverá melhoria no desempenho do trabalho, com isso, resultando em frutos para a entidade.

Assim, nós teremos uma organização sadia e que apresenta resultados, uma vez que a liderança pelo exemplo impressionará a vida dos seus colaboradores. O 33º presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, foi inteligente ao dizer do poder que o líder exerce sobre o seu liderado: "A liderança é a capacidade de conseguir que as pessoas façam o que

não querem fazer e gostem de o fazer".

A sua liderança é um exemplo para as pessoas que estão ao seu redor?

*FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor. Palestrante. Professor. Coach e Mentor. Mestre em Educação. Doutor Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole", "Fenomenal", "Reinvente sua vida" e "Como passar em concursos - Vol. 1 e 2", "Como falar em público com excelência", "Legado", "Liderança", "Ansiedade", "Mude sua vida em 50 dias Premium", "Inteligência Emocional", "Manual do Concurseiro", "Sabedoria", "Discípulos" e "Educação Financeira". www.francisney.com.br



A "bola da vez"

Camila Nasser (*)

Um levantamento do PitchBook para a Bloomberg sobre os investimentos de Venture Capital realizados no terceiro trimestre de 2023 mostra que os aportes em startups de IA cresceram 27% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Enquanto isso, o mercado de Venture Capital transacionou 31% menos no mesmo recorte de tempo.

Por que, então, a IA está indo na contra-mão do mercado, sem sentir o impacto que os demais mercados sentem para a atração do capital?

Eu poderia analisar o potencial de transformação da IA em si, mas a bem verdade é que, assim como a IA, outras teses altamente disruptivas já concentraram o interesse dos investidores de risco - em 2021 eram o metaverso e a crypto.

Analisemos portanto o comportamento dos investidores: ciclicamente são selecionados alguns mercados que atraem grande parte do capital. O que chamamos de hype ou efeito manada - a tendência do mercado de olhar para os temas mais quentes do momento - foi motivo de um estudo de dois jovens economistas em 1990, David Scharfstein e Jeremy Stein, que publicaram um artigo sobre "Herd Behavior and Investment".

Por meio de modelos matemáticos, o modelo Scharfstein-Stein comprovou que para os gestores de investimentos é uma estratégia melhor imitar ações de outros do que confiar em seus próprios julgamentos. A ideia é simples: se você faz algo de errado, mas outros estão cometendo o mesmo erro, você não será considerado estúpido, e isso não machucará sua reputação.

'Asabedoria mundana ensina que é melhor para a reputação fracassar convencionalmente do que ter sucesso não convencional', John Maynard Keynes

Voltemos ao mercado de Venture Capital: geralmente a maior parte do capital dos fundos é externo, alocado pelos Limited Partners (os LPs) que "compram o serviço dos VCs" em troca de um objetivo de retorno. Após captar o investimento com os LPs, os fundos têm um ciclo de 5-10 anos para selecionar os negócios, alocar o capital, e dar o retorno esperado para os investidores. Nesse sentido, os Venture Capitalists precisam estar bem alinhados com os seus LPs - que precisam estar satisfeitos com os resultados para seguirem investindo em novos fundos.

Durante o ciclo dos fundos, os VCs reportam os resultados do portfólio - digamos que a cada trimestre. É natural que a maioria das empresas esteja crescendo de lado ou até fechando as portas. Mas se o negócio der errado, parecer uma imbecilidade, será muito mais difícil para o VC se explicar. O DC Palter, do EntrepreneursHandbook, desenvolveu uma cena perfeitamente crível para o contexto, que reproduzo abaixo:

"Digamos que o fundo investiu em uma fintech que falhou. O mercado estava super em alta, o negócio era promissor - o VC pode justificar desafios regulatórios ou de mercado que comprometeram o sucesso - e os LPs vão entender, afinal essa é a dinâmica do mercado.

Agora imagine se, em vez disso, a startup falida tivesse desenvolvido algo mais radical, digamos... teletransporte. Se tivesse sucesso, teria mudado o mundo. Os fundadores seriam considerados físicos brilhantes. O fundo contratou cientistas respeitadas para verificar a teoria. Claro, era um tiro no escuro, mas se funcionasse... teria sido o maior investimento de todos os tempos, facilmente valendo trilhões.

Mas não funcionou. E agora o fundo precisa informar aos seus LPs que a startup de

teletransporte de seu portfólio falhou.

Se eles forem como eu, a reação deles será "Teletransporte??? Em que diabos vocês idiotas estavam investindo meu dinheiro? De jeito nenhum eu vou te dar outro centavo".

E isso seria o fim de levantar outro fundo". No final das contas esse não é um problema de pessoas ou coragem, é apenas a dinâmica de funcionamento dos fundos que aloca capital de terceiros. Para empreendedores com teses não convencionais, o capital estará mais disponível com fundos focados em nichos, plataformas de investimento (lembro que no Kria investimos em Open Banking em 2015, antes de sair do papel) e com os Operator Angels - indivíduos investidores com grande track record e capital disponível.

Aqui no Kria, a nossa estrutura de plataforma é uma vantagem - sem terceiros a quem devemos prestação de contas, e sem cobrarmos taxa de administração, não temos amarras a investir apenas em teses "do momento". Os investidores de nossa plataforma têm autonomia para investir diretamente nos negócios que mais o atraem, e com isso conseguimos selecionar negócios promissores e empreendedores visionários. Para além do hype - é onde a inovação realmente está.

*CAMILA NASSER é cofundadora e CEO do Kria, que é uma plataforma de investimentos em startups. A executiva iniciou sua carreira profissional no universo financeiro no Kria, como estagiária, ainda na época de faculdade. Ao longo dos anos, assumiu importantes cargos de liderança, como Head de Marketing e Chefe de Operações. No final de 2020, foi convidada para se tornar CEO da fintech. Camila é graduada em comunicação pela ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing, em São Paulo.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporá, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

"GRANDE EQUÍVOCO"

De acordo com o governador, o principal erro é a desoneração completa das exportações de produtos primários, como soja e minérios

Mauro critica pontos da Reforma



Gilberto Leite

Mauro alerta que a desoneração completa de toda a cadeia de exportação resultará em aumento da carga tributária para o restante

Gabriel Soares

Apesar das mudanças feitas durante a tramitação da Reforma Tributária no Senado, o governador Mauro Mendes

(União) avalia que a medida aprovada ainda contém equívocos e pode trazer graves prejuízos tanto para Mato Grosso quanto para o Brasil. Na avaliação de Mauro,

o principal erro é a desoneração completa das exportações de produtos primários, como soja e minérios.

"Apesar de alguns avanços no texto fi-

nal e do grande esforço do relator, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, esta reforma, na minha opinião, traz um grande equívoco, que é a desoneração completa de toda a cadeia de exportação de produtos primários, seja do agronegócio, da mineração ou de qualquer outro setor", disse o governador, que está em viagem para a China, na tentativa de ampliar as parcerias comerciais com o mercado asiático.

Mauro alerta que a desoneração completa de toda a cadeia de exportação resultará em aumento da carga tributária para o restante da sociedade, já que a União precisa manter o patamar de arrecadação para garantir a continuidade dos serviços públicos.

"Isso vai custar caro para o país, porque se essas grandes cadeias vão deixar de pagar completamente impos-

tos, esse novo imposto, quem é que vai pagar mais para suprir os custos do Estado Brasileiro? Da Educação, da Segurança Pública, da Infraestrutura, em todas as áreas? No futuro, nós haveremos de ver que cometemos um equívoco. Espero que eu esteja errado e que isso não aconteça, pois teremos graves consequências se for verdade", afirmou.

O texto-base da reforma tributária foi aprovado pelo Senado Federal nesta quarta-feira, 8 de novembro, por 53 a 24. Entre os três senadores de Mato Grosso, somente Wellington Fagundes (PL) votou contra a reforma, seguindo orientação da oposição, que foi liderada pessoalmente pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Os senadores Jayme Campos (União) e Margaret Buzetti (PSD), apesar de também te-

rem 'nadado nas raias' bolsonaristas, votaram favoráveis à reforma. O voto de Buzetti já era esperado, pois ela conseguiu emplacar, de última hora, uma emenda para garantir a continuidade do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) até 2043.

Durante a tramitação no Senado, foram adicionadas novas exceções à alíquota-padrão do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que irá substituir cinco impostos estaduais e federais. Isso deve gerar impacto sobre a alíquota-padrão do futuro imposto, elevando seu valor.

Como o texto final da PEC sofreu mudanças no Senado, ele deve voltar à Câmara dos Deputados para uma nova votação em redação final. Segundo líderes das duas Casas, há expectativa de concluir a tramitação do texto até o final do ano.

SUCCESSÃO DE EMANUEL

Juca do Guaraná se diz pronto para disputar a Prefeitura

Da redação

O deputado estadual Juca do Guaraná defende que o MDB lance uma candidatura própria a prefeito de Cuiabá e, inclusive, se coloca à disposição do partido para enfrentar o pleito em 2024. O emedebista cita que além do seu nome, a legenda conta com mais dois vereadores, Rogério Varanda e Sargento Vidal, além da deputada estadual Janaina Riva, que também podem disputar a eleição.

Para Juca, é praticamente uma obrigação que o MDB lance candidatura própria, já que o partido esteve no comando da cidade durante os dois mandatos do prefeito Emanuel Pinheiro.

"Eu sou a favor que tenhamos candidatu-

ra própria e que o MDB continue assumindo esse protagonismo de ter o prefeito da capital por dois mandatos, ou brigar para continuar tendo o mandato da Prefeitura. Temos dois vereadores, o Varanda, tem o vereador Vidal, tem a própria Janaina Riva e o deputado Juca também. Se for convocado, estarei pronto para o embate, para que nós possamos continuar administrando a Prefeitura de Cuiabá e administrando a Cuiabá", conta o parlamentar.

O deputado avalia ainda que apesar do desgaste que Emanuel sofreu com as operações policiais na Prefeitura de Cuiabá, o prefeito ainda possui um "espólio" político que irá pesar na eleição do ano que vem.

"Com certeza, eu acredito que sim", pontuou.

Sobre o relacionamento do Executivo Municipal com a Câmara, Juca aponta que o prefeito mantém uma base forte, mas ainda assim independente.

"É papel do vereador fiscalizar, é obrigação. Eu acompanhei e vi os vereadores fiscalizando escolas, provando a merenda. Então, essa é a obrigação do vereador, fiscalizar e orientar o prefeito. Ele não pode ter uma base alienada, mas uma base tem que ser aliada. A base do Governo de Estado, por exemplo, não pode ser alienada, tem que ser aliada para que não cometa erros, para que não continue cometendo os mesmos erros", finalizou.



Gilberto Leite

Juca ressalta que MDB esteve no comando da Prefeitura de Cuiabá por 2 mandatos e precisa apresentar um sucessor

OPERAÇÃO HERMES

"Tentam atingir minha família", diz Mauro Mendes

Da redação

O governador Mauro Mendes saiu em defesa do filho Luís Antônio Taveira Mendes, que é sócio em duas empresas

investigadas por comércio ilegal mercúrio, usado para extração de ouro. O jovem empresário teve seu nome citado nas investigações da Polícia Federal, na

Operação Hermes (Hg) II. Para ele, alguns adversários, inclusive com a ficha corrida de acusações de práticas de crimes, junto a uma pequena parte da imprén-

sa tentam atingir a sua família.

"Há muito tempo os meus adversários políticos, alguns deles com uma ficha extensa de acusação de prática de crimes, aliados a uma pequena parte da imprensa que teve interesses contrariados, tentam atingir a mim de forma pessoal ou empresarial, bem como atingir minha esposa, meu filho e a minha família. Sempre com mentiras e armações, como sempre fizeram, pois nunca conseguiram me atacar na condição de prefeito ou governador", diz a nota.

Ainda, as empresas possuem outros sócios, porém, somente seu filho foi alvo de investigação. E que ele é acionista minoritário com 25% das mineradoras.

"Passados 3 meses, sem fato novo, estranhamente e sem as devidas justificativas jurídicas e legais, o mesmo delegado pede prisão de 15 pessoas e inclui no meio o nome do meu filho. O

pedido foi negado pela Justiça Federal, por falta de fundamento para tal medida. Meu filho não é diretamente sócio das empresas investigadas e não é administrador delas. Ele é apenas um dos sócios de uma pessoa jurídica, que é acionista minoritário com 25% das mineradoras. Ele não tem nenhuma responsabilidade sobre a gestão e atos das empresas. Há mais de dois anos que ele não vai às sedes ou plantas operacionais e isto está formalmente documentado no acordo de acionista. As empresas, investigadas por supostamente comprar mercúrio de forma irregular, possuem administradores, que respondem legalmente pela gestão e seus atos. Estranhamente o delegado pede a prisão do meu filho - sem fundamentação e de forma arbitrária que é apenas um entre vários outros sócios indiretos. Por que não pediu de todos os administradores e sócios? Por que escolheu

o filho do governador?!", questiona.

Mauro Mendes ainda reafirma que, nos autos não existe citação do nome de seu filho. "Quando se analisa o processo de investigação disponível nos autos, não existe em nenhum momento qualquer citação do nome do meu filho ligado a qualquer irregularidade ou ilegalidade. Porque então ele foi incluído em um pedido infundado de prisão, que foi obviamente negado pela Justiça? A partir deste pedido, mesmo negado, os adversários e A Gazeta estão tentando maximizar o fato, aumentando sua dimensão e importância. A verdade é apenas uma. Meu filho não é administrador da empresa investigada e não praticou nenhuma ilegalidade. E mesmo assim, está sendo alvo de ataques covardes para me atingir!", reclamou.

Por fim, Mauro Mendes disse que confia na Justiça e também na Justiça de Deus.



Secom - MT

O governador reafirmou que, nos autos não existe citação do nome de seu filho Luís Antônio Taveira Mendes

TRANSPORTE ZERO

Em manifestação ao STF, Advocacia-Geral da União aponta inconstitucionalidade da lei que proíbe transporte e comercialização de pescados em MT

AGU aponta punição a ribeirinhos

Da redação

A Advocacia-Geral da União (AGU) manifestou pela inconstitucionalidade da lei nº 12.197, apelidada de "Transporte Zero", que proíbe o transporte e a comercialização de pescado dos rios de Mato Grosso durante o prazo de cinco anos. A manifestação foi assinada na última sexta-feira (3) e encaminhada ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo MDB nacional.

Conforme a AGU, a medida "afronta o princípio da dignidade da pessoa humana, a liberdade do exercício profissional e o exercício dos direitos culturais".

O documento assinado pelos advogados da União afirma que a lei não se preocupou com o modo de vida dos pescadores artesanais, criando restrições desproporcionais aos seus direitos básicos, afrontando o princípio da dignidade da pessoa humana.

O documento cita uma preocupação especial quanto à possibilidade de afetar o seguro-defeso, que os pescadores recebem quando estão impedidos de exercer sua atividade.

"Como se percebe, a lei estadual impugnada, ao impor restrições desproporcionais aos direitos fundamentais dos pescadores, compromete o âmago de sua dignidade, e quiçá sua própria existência, o que constitui razão suficiente para o reconhecimento da sua inconstitucionalidade", consta no texto.

A AGU cita que a lei estadual extrapola o seu caráter e invade a competência da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, de realizar políticas públicas voltadas para os pescadores. Além disso, aponta que há invasão à competência da União para tratar da proteção do meio ambiente.

"Como se nota, não se trata de norma estadual que se restringe a ampliar o âmbito de proteção ambiental previsto na legislação federal,

mas de lei estadual que, ingressando em temática afeta à União, esvazia o próprio cerne da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira", diz trecho do documento.

Na petição inicial, o MDB conta que a lei sancionada pelo Governo do Estado viola o princípio da dignidade humana, por praticar o que denomina de 'racismo ambiental', "que ocorre quando as políticas ambientais e os projetos de desenvolvimento são implementados de forma a prejudicar as populações mais vulneráveis", porque "pune os pescadores profissionais, e inviabiliza de forma arbitrária e criminosa, a continuidade dessa forma de vida e labor, prejudicando ainda mais as comunidades que historicamente já estão em desvantagem social e econômica".

SOBRE A LEI - O Transporte Zero foi sancionado em julho deste ano, após uma tramitação desgastante na Assembleia Legislativa. De autoria do Poder Exe-



Segundo a AGU, lei estadual invade a competência da União ao legislar sobre a pesca e o meio ambiente

cutivo, o texto proíbe o transporte e armazenamento de peixes em território mato-grossense pelo período de cinco anos.

A legislação entra em vigor em janeiro de 2024. A partir daí, os pescadores profissionais

- cerca de 15 mil - estarão proibidos de exercer o trabalho e receberão um auxílio do Governo do Estado no valor de um salário mínimo pelo período de três anos.

Esse auxílio não será pago durante o período de piracema, quando

a atividade já é proibida em todo o território nacional para não comprometer a época de reprodução dos peixes.

Depois desse período de três anos, os pescadores deverão exercer outras atividades profissionais.

Mauro Mendes nega desrespeito a pescadores

Da redação

O governador Mauro Mendes (União Brasil) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que extinga a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questiona a Lei do Transporte Zero

(lei estadual n. 12.197), que proíbe o transporte e comercialização de pescado dos rios de Mato Grosso pelo prazo de cinco anos. O requerimento consta na manifestação do governador, por meio da Procuradoria-Geral do Estado

(PGE), em ação movida pelo MDB nacional.

No texto, Mendes alega que o partido reconhece que a lei estadual está inserida na competência legislativa concorrente do Estado de Mato Grosso para legislar sobre pesca, proteção ao meio ambiente e proteção ao patrimônio turístico.

"No entanto, ainda que assim não fosse, a lei objeto desta ação direta de inconstitucionalidade não ostenta os vícios apontados pelo Partido autor. Deveras, conforme bem destacado ao longo destas informações, os motivos que conduziram à edição deste ato normativo foram a necessidade de proteção ao meio ambiente e de promoção do turismo no Estado de Mato Grosso", diz trecho da petição.

"Tanto é que outras duas condicionantes para a manutenção da proibição após três anos é a "melhoria das

condições ambientais em decorrência da aplicação desta Lei;" e o "aumento no estoque pesqueiro nos rios", complementa.

Mauro justifica ainda que a lei impugnada tratou de criar exceções para a pesca de subsistência e a captura de peixes às margens do rio destinadas ao consumo local, sendo que ainda permitiu a comercialização em barco hotel, rancho, hotel, pousada, barranco, acampamento, dentre outros.

"Verifica-se, assim, que a lei impugnada tratou de forma extremamente razoável e satisfatória a preocupação retratada nesta ação direta de inconstitucionalidade, na medida em que permitiu a atividade de pesca para subsistência e a captura de peixes às margens do rio destinada ao consumo local, sendo que, nessa hipótese, permitiu a comercialização em barco hotel,

rancho, hotel, pousada, barranco, acampamento, dentre outros".

O governador aponta ainda que não há qualquer violação ao princípio da dignidade da pessoa humana e do pleno exercício de direitos culturais dos povos indígenas e ribeirinhos, "na medida em que a norma impugnada se preocupou em harmonizar a proibição do transporte, armazenamento e comercialização do produto da pesca com o modo de vida dos pescadores artesanais, dos povos indígenas, quilombolas e originários e daqueles que praticam essa atividade para a sua subsistência".

Por fim, Mendes alega que a lei trará melhorias das condições ambientais e o aumento do estoque pesqueiro nos rios de Mato Grosso. Conforme Mendes, a proibição da pesca deverá ser reavaliada após três anos, sendo que a

sua manutenção deverá ser aferida pelo Observatório Social da Assembleia Legislativa.

"A proibição em referência também não foi desacompanhada de medidas mitigadoras. De fato, previu-se a concessão aos pescadores artesanais de um auxílio pecuniário pelo período de três anos, no valor de um salário-mínimo por mês, o qual é passível de prorrogação com base no relatório conclusivo apresentado pela AL. Previu-se, ademais, o dever do Estado de implantar programas de qualificação dos profissionais da pesca, dentre eles programas de qualificação para o turismo ecológico e pesqueiro e programas de produção sustentável da aquicultura, bem como a criação de uma linha de financiamento direcionada aos pescadores beneficiários do auxílio pecuniário em referência", diz a mensagem.



Mauro afirma ao STF que foram criados mecanismos para mitigar o impacto da proibição para os pescadores

AÇÃO NO STF

AGU quer reservar metade de emendas para Saúde

Gabriel Soares

A Advocacia-Geral da União (AGU) afirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que é favorável ao aumento do valor das emendas parlamentares em Mato Grosso. No entanto, o órgão ministerial pediu que a Suprema Corte obrigue os deputados estaduais a destinarem metade das emendas para a área da Saúde, a exemplo do que acontece em nível federal. A informação consta no parecer da AGU sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo Poder Executivo na tentativa de derrubar a emenda

constitucional nº 111, que dobrou o valor das emendas parlamentares impositivas.

Conforme a AGU, não há nenhum vício de constitucionalidade na norma. O órgão ressalta que o processo legislativo ocorreu dentro das regras estabelecidas pela Constituição Estadual, como ficou comprovado nos autos do processo. Aponta ainda que a alegação de que os deputados não teriam respeitado o prazo de 15 dias entre uma votação e outra não encontra balizamento na Constituição Federal, se tratando de uma questão interna da Assembleia.

"Desse modo, a natureza do debate invocado pelo autor afasta a possibilidade de análise do tema por essa Suprema Corte, porquanto não se evidencia ofensa direta ao texto constitucional", pontuou.

O parecer aponta ainda que os deputados estaduais cuidaram de repetir em nível local aquilo que já está previsto na Constituição Federal, que destina 2% da receita corrente líquida do ano anterior para as emendas parlamentares.

"Como visto, a Constituição Federal evidencia a índole prospectiva e autorizativa da lei orçamentária, mas expres-

samente específica que o percentual estipulado para as emendas impositivas incide sobre a receita do exercício anterior, como forma de garantir a execução do orçamento e a destinação específica de recursos", argumentou.

A AGU também desmontou a alegação do governo do Estado para adiar a aplicação da emenda constitucional. Na ação, o Executivo apontava que a aprovação da emenda prejudicou o planejamento do orçamento de 2024, pois criou impactos que não estavam previstos na Lei Orçamentária Anual. No entanto, o órgão demonstrou que a lei de

diretrizes orçamentárias foi proposta oito dias após a promulgação da emenda constitucional.

"Desse modo, não assiste razão ao autor ao requerer que a eficácia da norma questionada se inicie somente a partir da Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2025", pontuou. Apesar de defender a constitucionalidade da medida, a AGU pediu à Suprema Corte que altere a interpretação da norma para se adequar à Constituição Federal, que obriga a destinação de 50% das emendas parlamentares para ações e serviços públicos de saúde. Segundo o órgão, também é ne-

cessário deixar explícito que o percentual de 2% reservado para as emendas parlamentares se refere à receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto de lei orçamentária.

"De fato, a execução da norma questionada, nos termos previstos pelo legislador estadual, não assegura que metade do percentual destinado às emendas parlamentares, de execução obrigatória, no exercício financeiro de 2024, seja aplicado em ações e serviços públicos de saúde, conforme exige o artigo 166, § 9º, da Constituição Federal", concluiu.

GUERRA DOS MODAIS

Defensor do modal quando era deputado, conselheiro afirma que o VLT é inviável para Cuiabá na situação atual e defende conclusão do BRT

"Insistência no VLT é um erro"



Gilberto Leite

Na avaliação do presidente do TCE, governo precisa vender os vagões do VLT e terminar logo as obras do BRT

Da redação

Recém-eleito presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), o conselheiro Sérgio Ricardo afirmou que a insistência do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) pela construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em Cuiabá é infrutífera e só trará prejuízos para a população cuiabana. Em conversa com jornalistas nesta quarta-feira, 8 de novembro, Sérgio Ricardo afirmou que o VLT se tornou inviável no traçado que era vislumbrado em 2012 e precisa ser remodelado para se adaptar à nova realidade da capital.

Sérgio Ricardo foi um dos principais defensores do VLT quando era deputado estadual, à época em que foi feita a escolha pelo modal. Aos jornalistas, ele afirmou

que continua sendo um defensor aguerrido do modal, mas acredita que não serviria à população se continuasse no traçado original, pois a demografia da cidade mudou significativamente na última década.

"Hoje essa insistência [no VLT] é fruto de uma briga política infrutífera que só vai levar e está trazendo prejuízo para a sociedade", resumiu.

"É persistir no erro, claro que é. Veja só: eu sou cidadão mato-grossense, vivo em Cuiabá e não me iludo. Não adianta. O que existe hoje é briga política, infrutífera. Não adianta ficar insistindo em VLT agora e no traçado atual. Não é mais esse traçado. O que a gente vê agora é só briga política, para ver quem pode mais, quem consegue. Essa ideia de VLT em Cuiabá nesse traçado é in-

xistente, inexequível", afirmou.

Na avaliação do conselheiro, os governadores passados cometeram muitos erros na condução do projeto do VLT, especialmente na compra antecipada dos vagões, que estão há uma década estacionados no pátio próximo ao Aeroporto, sofrendo com o desgaste do tempo.

Sérgio Ricardo continua defendendo que Cuiabá tenha um VLT, modal que ele avalia ter muito mais qualidade para atender a população. Porém, ele aponta que seria necessário alterar o traçado, já que a população da capital se espalhou para os novos eixos de desenvolvimento, deixando de ficar restrita às imediações das avenidas do CPA e Fernando Corrêa.

"Hoje nós temos dois rodoanéis, o Contorno

Leste e o Rodoanel, que é exatamente o que foi, no governo Dante de Oliveira, a construção da Avenida Miguel Sutil. Então, não é mais o traçado. Se um dia viermos a ter o VLT, eu tenho certeza que teremos, já vai ser com outro traçado, vai ter que ser um traçado totalmente diferente desse que foi há 10 anos atrás", pontuou.

O conselheiro enfatizou que, atualmente, a melhor solução para o Estado é vender os vagões que já foram adquiridos e concluir a instalação do Ônibus de Trânsito Rápido (BRT). Negociações estão em andamento para venda dos vagões do VLT para o governo da Bahia. As obras do BRT avançam pela Avenida da Feb, em Várzea Grande, mas encontram resistência da Prefeitura de Cuiabá, que insiste no VLT.

REFORMA TRIBUTÁRIA

De Mato Grosso, só Wellington Fagundes vota contra

Gabriel Soares

Dois dos três senadores de Mato Grosso votaram favoráveis ao texto da Reforma Tributária, aprovado por 53 votos contra 24, na noite de quarta-feira, 8 de novembro, no Senado Federal. Apenas Wellington Fagundes (PL), que era mais próximo ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), votou contra a proposta, seguindo a articulação da oposição para barrar a principal aposta do governo Lula (PT) na área econômica.

Os senadores Jayme Campos (União) e Margareth Buzetti (PSD), apesar de também terem 'nadado nas raias' bolsonaristas, votaram favoráveis à reforma. O voto de Buzetti já era esperado, pois ela conseguiu emplacar, de última hora, uma emenda para garantir a continuidade do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) até 2043.

"Conseguir estender o Fethab até 2043 foi um golaço, afinal, esse

recurso retorna para o estado em forma de estradas, de pontes, e faz a economia continuar girando", comemorou a senadora, no dia anterior à votação da reforma.

Como a PEC passou por mudanças no Senado, terá de voltar à Câmara dos Deputados para uma nova votação. Os parlamentares esperam concluir a tramitação nas duas Casas até o final do ano. Por causa da complexidade da proposta, os senadores optaram por não faltar o texto, promovendo a parte aprovada e deixando as alterações para os deputados votarem.

Após a aprovação em segundo turno, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou que a reforma tributária "se impôs porque o Brasil não podia mais conviver com o atraso". Segundo ele, as mudanças na tributação sobre o consumo estimularão o desenvolvimento econômico, ao substituir o "carnaval



Gilberto Leite

Apenas Wellington Fagundes (PL), que era mais próximo ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), votou contra a proposta

tributário" existente até agora no Brasil, citando uma expressão do tributarista Augusto Becker, e unificar tributos.

Durante as discussões em plenário, que

começaram por volta das 15h, o relator da proposta de emenda à Constituição (PEC), senador Eduardo Braga (MDB-AM), acatou seis novas emendas que am-

pliam as exceções à alíquota padrão do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA). Por sugestão da vice-líder do Governo no Senado, Daniella Ribeiro (PSD-PB), o setor de eventos foi incluído na alíquota reduzida em 60%.

O relator também acolheu emenda do senador Plínio Valério (PSDB-AM) para equiparar a remuneração dos servidores dos fiscos municipais e estaduais aos da Receita Federal. Segundo Valério, a integração do mesmo fato gerador entre a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), da União, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), administrado pelos governos locais, fará os fiscos locais exercerem a mesma função da Receita.

RESISTÊNCIA DOS GOVERNADORES - Na votação desta quarta, a proposta enfrentou resistência de última hora de governadores do Sul e do Sudeste. Eles protestaram contra uma emenda acatada por

Braga na CCJ que acrescentou três parágrafos ao Artigo 19 da PEC que prorroga, pela quarta vez, incentivos a montadoras de veículos do Nordeste e do Centro-Oeste. Essa prorrogação havia sido derrubada na Câmara, em julho, quando os deputados rejeitaram um destaque para prorrogar os benefícios para as duas regiões.

No início da tarde, os governadores do Sul e do Sudeste reuniram-se com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e ameaçaram orientar as bancadas de seus estados a votar contra a reforma tributária caso não consigam retirar, na votação de destaques, emendas que consideram como "jabutis", inclusões de pontos não relacionados à proposta principal. Segundo os governadores, as alterações de última hora ampliam a desigualdade de tratamento entre Norte, Nordeste e Centro-Oeste contra as outras duas regiões.

ESCOLHA DO UNIÃO

Garcia não vê problema em pesquisa qualitativa



Gilberto Leite

Garcia diz não ver problema em usar pesquisa qualitativa para definir o candidato a prefeito do União Brasil

Da redação

Secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia disse na última quarta-feira (8) que não vê problema na realização de uma pesquisa qualitativa dentro do União Brasil, para definir o nome a disputar a Prefeitura de Cuiabá nas eleições do ano que vem. O partido vive uma disputa interna entre o presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Eduardo Botelho, e o próprio Garcia, já que ambos desejam ser candidatos a prefeito e não chegaram a um acordo.

"O governador propôs o critério e eu aceitei na hora. Para mim não tem problema a pesqui-

sa qualitativa. Se é um critério, eu aceito. Vamos esperar. Pelo que eu sei, o Botelho disse que vai esperar o governador voltar de viagem para poder conversar com ele. Então vamos esperar", comentou Garcia.

Por outro lado, Botelho já avisou que se ocorrer uma pesquisa qualitativa, deixará o União Brasil. Ele afirmou que se fosse sugerida uma consulta qualitativa e quantitativa, aceitaria. Para ele, o fato de Fábio Garcia ser o preferido do governador e da primeira-dama Virginia Mendes não significa que essa seja a escolha das ruas e, por isso, defende que a pesquisa quantitativa seja usada na hora da escolha.

Em relação à notícia sobre uma possível filiação de Botelho ao PSD, no dia 11 de dezembro, Garcia disse que o presidente da Assembleia deve esperar o governador voltar da China antes de tomar qualquer decisão, já que Botelho é um grande aliado de Mauro.

"Ele é uma pessoa que sempre esteve aliada ao Governo do Estado. Como eu disse, vou repetir, vamos esperar o governador voltar. Pelo o que eu ouvi do Botelho, ele vai esperar o governador voltar para conversar. Portanto, vou esperar essa conversa e depois vou manifestar qualquer opinião", concluiu.

Sem espaço no União Brasil, Botelho tem ne-

gociado com outros partidos que estão interessados em 'abraçar' sua candidatura. Nos bastidores, é dado como quase certa sua transferência para o PSD, do ministro Carlos Fávaro.

Diante de uma possível saída de Botelho, o senador Jayme Campos, que é vice-presidente do diretório estadual do União Brasil, saiu em defesa do deputado e pediu para o governador liberá-lo do partido sem nenhum prejuízo político. Jayme avisou que irá procurar inclusive o diretório nacional da sigla para que Botelho possa deixar o partido e construir sua candidatura a prefeito de Cuiabá sem sofrer punição por infidelidade partidária.

OPERAÇÃO HERMES II

A Operação foi deflagrada pela Polícia Federal na quarta-feira (8) e buscou alvos em todo o país, mas os principais mandados foram cumpridos em Mato Grosso

Esquema colocou 7 toneladas de mercúrio no sistema do Ibama

Da redação

A segunda fase da operação Hermes, que desarticulou uma quadrilha responsável por um esquema de corrupção envolvendo mercúrio e que era destinado a garimpos ilegais, conseguiu injetar 7 toneladas de metal no sistema do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama). A Operação foi deflagrada pela Polícia Federal na quarta-feira (8) e buscou alvos em todo o país, mas os principais mandados foram cumpridos em Mato Grosso.

Conforme informações da Polícia Federal, dos 34 mandados, 29 foram cumpridos em Mato Grosso, nas cidades de Cuiabá, Poconé, Peixoto de Azevedo, Alta Floresta, Pontes e Lacerda, Nossa Senhora do Livramento e Nova Lacerda. O esquema envolvia empresas e pessoas físicas e toda a funcionalidade da rede criminosa foi descrita na decisão que a reportagem do *Estado Mato Grosso* teve acesso.

"Assevera que, a partir dos levantamentos

da Polícia Federal, em conjunto com todo o material arrecadado na primeira fase da Operação Hermes, foi possível estabelecer toda a cadeia de composição da organização criminosa. Que o comando central da organização criminosa é capitaneado por Arnaldo Veggi Tiago Mendonça de Campos e Edilson Rodrigues De Campos, os quais foram responsáveis por introduzir mais de 7 toneladas de mercúrio no sistema do Ibama", diz no documento assinado pela juíza Raquel Coelho Dal Rio Silveira.

Além destes alvos, outros da família Veggi também foram alvos da operação. São eles: Ali Veggi Atala, Alberto Veggi Atala e Edgar dos Santos Veggi. Esses três alvos são apontados no documento como sócios da cúpula de Aroldo e Edilson, com poderes de administração e gerência do grupo.

Toda a negociação ocorria entre os alvos que ocupavam diferentes pontos da organização, desde "cúpula" a "fornecedores" e tam-

bém "compradores". O trecho abaixo descreve com precisão como ocorreu, os nomes estão marcados com a devida função que cada um desempenhava.

"Do quanto colhido na extração de dados do celular de Arnaldo (cúpula), foi possível ver que Valdinei (comprador), Ronny (comprador) e a mineradora Salinas (comprador) realizavam compras do mercúrio de Arnaldo por meio de um intermediário de codinome Edemil Poconé (intermediário), que a investigação obteve êxito em identificar como Edemil Antônio de Pinho. Tal pessoa é funcionária das Salinas e trocava mensagens diretamente com Arnaldo, atuando como intermediário do conglomerado consumidor de mercúrio composto por Valdinei Mauro, Ronny e Salinas Gold, bem como negociava valores e formas de pagamento diretamente com Arnaldo", descreve o documento.

Além dessas conversas, Arnaldo também trocou mensagens com outras empresas a res-



Conforme informações da Polícia Federal, dos 34 mandados, 29 foram cumpridos em Mato Grosso

peito da venda de notas falsas com o escopo de regularizar o sistema de controle do Ibama, para despistar a fiscalização sobre as quantidades de mercúrio adquiridas de forma irregular.

A extração das conversas de Arnaldo também mostrou que um dos seus contatos emi-

tia boletos em nome de compradores, como Ronny e Valdinei. Esse contato, identificado como Jeferson Dias Casstado, atuava ativamente como intermediário.

As análises, feitas com base dos diálogos obtidos pela Polícia Federal, teria demonstrado que os contatos tinham

conhecimento das realizações de delitos de comércio ilegal de mercúrio, acobertados pela inserção de dados inseridos no sistema do Ibama.

"Por meio de compras de notas frias e, ainda, sem o recolhimento de qualquer tributo", concluiu.

MOBILIDADE URBANA

Cidadãos podem quitar multas de trânsito com 50% de desconto

Márcia Martins |
Pref. de Cuiabá

Em razão do Decreto nº 9.866, datado de 30 de outubro de 2023, assinado pelo prefeito Emanuel Pinheiro, os cidadãos com multas de trânsito geradas até 31 de dezembro de 2022, têm até o dia 30 de novembro para regularizar suas dívidas fiscais, independentemente de estarem em situação de

dívida ativa ou não. A iniciativa é um incentivo a mais para que o contribuinte consiga pagar suas multas com descontos de até 50% em juros e multas.

Portanto, para resolver a situação, o interessado deve aderir ao Mutirão Fiscal até o dia 30 deste mês, que pode ser feito maneira virtual, diretamente no Portal de Serviços da Prefeitura Municipal de Cuiabá

(www.cuiaba.mt.gov.br/) ou pelo portal Refis Online (www.refis.cuiaba.mt.gov.br/portal/refis/home.aspx). Basta clicar no ícone "Iniciar negociação" para simular um acordo.

Além do mais, para as multas de trânsito, a Semob ainda oferece a opção de resolver a situação pelo WhatsApp (65) 99610-5784, o desconto pode chegar a 50% sobre o valor total.

Objetivando assim, facilitar a vida do munícipe, que não precisar necessariamente, se deslocar até a Semob. O atendimento é de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 17:00. O processo é bem simples, segundo o responsável pelo setor de Auto de Infração de Trânsito (AIT) da Semob, Leandro Gotzsch.

"Basta enviar uma mensagem com a placa do veículo e o CPF

do proprietário, que um atendente entrará em contato. Inclusive, pode enviar até fora do horário de atendimento que a solicitação ficará na fila", explica Gotzsch ao reforçar que a opção via WhatsApp é somente para as multas de trânsito.

Para aqueles que não possuem acesso à internet, a Prefeitura de Cuiabá disponibiliza postos de atendimento,

das 8h às 17h, nos seguintes locais:

Procuradoria Fiscal do Município: Avenida Getúlio Vargas, 490, Popular, Cuiabá - MT; CIAC - Centro Integrado de Atendimento ao Contribuinte: Rua Barão de Melgaço, 3.814, Centro Norte, Cuiabá - MT;

SEMOb - Secretaria de Mobilidade Urbana (apenas multas de trânsito): Rua 13 de junho, 1238, Centro Sul, Cuiabá - MT.

ESTACIONAMENTO ROTATIVO

Motoristas terão mais 40 dias para se adaptar

Da redação

Em processo de implementação, o novo sistema de estacionamento rotativo que será utilizado na região central de Cuiabá, o "Cuiabá Rotativo", terá mais de 40 dias de período educativo sem cobrança. As tarifas variam de R\$ 3,40 a hora para carros e R\$ 2,00 para motos. Quando começar a valer, o não pagamento ocasionará em multa de R\$ 30,00 para regularizar e, no caso de não regularização, o devedor irá pagar multas que variam de R\$ 70,00 a R\$ 150,00.

Para quem utiliza bicicleta como meio de transporte, o estacionamento será gratuito, desde que não obstrua as vagas destinadas a veículos automotores. O "Cuiabá Rotativo" funcionará de segunda a sexta-feira, das 07h às 19h, e aos sábados, das 07h às 13h.

"Desde o dia 1º, a concessionária responsável pelo estaciona-

mento está fazendo a distribuição de panfletos explicativos. Na próxima semana, o sistema estará completamente disponível para uso, com a instalação dos parquímetros e a disponibilização do aplicativo, permitindo que os cidadãos se familiarizem com as opções de pagamento", explicou Francisco Vuolo, secretário de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico de Cuiabá.

Segundo ele, durante este período, nenhuma cobrança será realizada, ou seja, os cidadãos continuarão estacionando gratuitamente. Somente a partir de 13 de dezembro, o sistema de estacionamento rotativo iniciará efetivamente a cobrança das tarifas.

"No caso dos portadores de deficiência, o estacionamento será gratuito, mediante o cadastro do veículo e a identificação da deficiência. Entretanto, os idosos terão vagas garantidas, mas pagarão

normalmente pelo estacionamento", pontuou Vuolo.

Segundo Guilherme de Figueiredo Dias, diretor executivo da CS Infra, uma das empresas responsáveis pelo Consórcio CS Mobi Cuiabá, a implementação do estacionamento rotativo trará inúmeras vantagens para a cidade, como a melhoria do tráfego nas ruas, uma organização mais eficaz do estacionamento, maior disponibilidade de vagas e preços acessíveis em comparação com estacionamentos privados.

"A iniciativa visa impulsionar o comércio local, ao mesmo tempo em que emprega tecnologia avançada, por meio da utilização de parquímetros e aplicativos. Vamos lançar campanhas educativas à população, bem como distribuição de materiais informativos e publicidade em pontos estratégicos da cidade", reforçou.

O projeto faz parte de uma Parceria Pú-

blico-Privada (PPP) de cerca de R\$ 100 milhões, que tem como objetivo promover a revitalização e resignificar o uso social dos espaços para renovar o potencial econômico da região, agindo a favor do cidadão e da-

queles que visitam a cidade.

A ordem de serviço conta com quatro frentes: construção e operação do novo Mercado Municipal Miguel Sutil; requalificação das vias locais e pedestrianização do centro urbano

(criação de espaços adequados aos pedestres); modernização do Mobilidade Urbana, como bancos públicos, pontos de ônibus, suportes para bicicletas e relógios com conectividade; e novos espaços de estacionamento (Smart parking).



Estacionamento rotativo em Cuiabá terá mais de 40 dias de período educativo sem cobrança

OPORTUNIDADE

Estudantes ou formados no ensino superior poderão aproveitar condições para quitar seus débitos com descontos de até 99% no valor da dívida

52 mil podem renegociar o Fies

Gilberto Leite

Da redação

Estudantes ou formados que tenham dívidas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) poderão renegociar seus débitos com descontos de até 99% do valor consolidado da dívida. Segundo o Ministério da Educação, em Mato Grosso, 52.077 contratos estão inadimplentes. A oportunidade de "zerar" a dívida começou na terça-feira, 7 de novembro, em todo o país.

As condições são oferecidas por meio das agências da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Para obter mais informações sobre as condições, os inadimplentes devem procurar a agência do banco responsável pelo financiamento. De acordo com o ministro da Educação, Camilo Santana, mais de 1,2 milhão de pessoas estão inadimplentes com o Pro-

grama no Brasil.

As dívidas que podem ser renegociadas chegam a R\$ 54 bilhões. "A preocupação é dar celeridade e urgência para atender essas 1,2 milhão de pessoas. O que queremos garantir é o direito de retirar o nome dessas pessoas dos órgãos de proteção ao crédito e resolver o problema," disse Camilo.

Com a medida, até mesmo pessoas que estão em dia com o pagamento serão beneficiadas. A nova regulamentação cria condições mais favoráveis de amortização para estudantes com contratos do FIES assinados até o fim de 2017 e com débitos vencidos e não pagos até 30 de junho de 2023. Estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de 360 dias até 30 de junho de 2023 terão desconto de até 99% do valor consolidado da dívida, no caso de inscritos

no Cadastro Único (CadÚnico). Para os demais estudantes, os descontos podem chegar a 77%.

PARCELAMENTO - O estudante que tenha débitos vencidos e não pagos até 30 de junho de 2023 poderá liquidá-los por meio da adesão à transação, nos seguintes termos:

- Débitos vencidos e não pagos por mais de 90 dias até 30 de junho de 2023: desconto de até 100% sobre encargos (juros e multas) e de 12% sobre o valor financiado pendente para pagamento à vista; ou parcelamento em até 150 parcelas mensais e sucessivas do valor financiado pendente, com desconto de 100% dos encargos, mantidas as demais condições do contrato (ficam mantidas as garantias e eventuais taxas do contrato).

- Estudantes com débitos vencidos e não pagos por mais de 360 dias



Oportunidade de "zerar" a dívida começou na terça-feira, 7 de novembro, em todo o país

até 30 de junho de 2023 que estejam inscritos no CadÚnico ou que tenham sido beneficiários do Auxílio Emergencial 2021: desconto de até 99% do valor consolidado da dívida, inclusive principal, por meio da liquidação

integral do saldo devedor em até 15 prestações mensais.

- Estudantes com débitos vencidos e não pagos por mais de 360 dias até 30 de junho de 2023, que não se enquadrem na hipótese

prevista no item anterior: desconto de até 77% do valor consolidado da dívida, inclusive principal, por meio da liquidação integral do saldo devedor em até 15 prestações mensais e sucessivas.

PRODUTO DE EXPORTAÇÃO

MT Steak atrai empresários em feira na China

Da redação

O estande do Governo de Mato Grosso no maior evento de importação da China, a CIIE, tem recebido a atenção de diversos empresários desde sua abertura no domingo (5). Um dos principais produtos é a apresentação do corte bovino mato-grossense MT Steak, lançado pelo Instituto Mato-grossense da Carne (IMAC) em agosto deste ano.

Por ser uma carne sem osso e com pouca gordura, o corte mato-grossense, extraído da

paleta grossa, pode ser facilmente incorporado à culinária chinesa, o que tem chamado a atenção dos investidores.

"Desde o começo do ano os chineses nos perguntavam sobre o corte que pretendíamos lançar, e, quando estiveram no Brasil, puderam experimentar e logo se interessaram pelo MT Steak, que é uma carne maravilhosa. Agora tivemos a oportunidade de trazer a carne para o estande e é um sucesso", afirmou o presidente do Imac, Caio Penido.

Conforme Penido, a participação de Mato Grosso na maior feira de importação do país asiático representa um cenário favorável para uma forte aliança entre o Estado e o governo chinês.

"A maior preocupação dos chineses é garantir a segurança alimentar da população, diante da crescente demanda por carne bovina no país e dependência do Brasil. A preocupação deles é se vamos dar conta de atender a demanda e é claro que sim. O Brasil é o único país que con-

segue produzir em larga escala e Mato Grosso é imbatível nisso", acrescentou.

Com rebanho de 34,4 milhões de animais, segundo o Instituto de Defesa Agropecuária (Indea-MT), Mato Grosso é líder entre os estados com maior número de cabeças de gado, há seis anos consecutivos.

"Nosso objetivo aqui é mostrar que a gente consegue, sim, ter essa produção em larga escala, conservando a biodiversidade, com baixo carbono, e fornecendo uma carne de qualidade", finalizou.

CHINA INTERNACIONAL IMPORT EXPO - Maior evento dedicado à importação do mundo, a CIIE ocorre de 5 a 10 de novembro no Centro Nacional de Exposições e Convenções, em Shanghai. Liderada pelo governador Mauro Mendes, uma comitiva do Governo de Mato Grosso, composta por deputados e representantes dos setores produtivo e industrial, apresenta as oportunidades de comércio e investimento no Estado, visando a abertura, diversificação e consolidação do mercado na China.

Na segunda-feira (6), o Governo já assinou dois termos de cooperação com províncias chinesas. O primeiro, assinado pelo governador Mauro Mendes com a província de Fujian, visa consolidar a relação comercial entre os dois estados, que são grandes produtores. Já o segundo termo foi assinado também pelo secretário de Desenvolvimento Econômico, César Miranda, e o governo de Shaanxi, com foco em criar um canal de negócios entre a Zona Franca do estado chinês e a ZPE de Cáceres.

TENDÊNCIA DE ESTABILIDADE

Confiança dos comerciantes recua

Da redação

A pesquisa que monitora a Confiança do Empresário do Comércio (Icec) na capital do estado apresentou leve recuo em outubro sobre o mês anterior, de 1,2%, passando a somar 113,5 pontos, também inferior aos 113,8 pontos contabilizados em agosto, o que mostra, segundo análise do Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT), tendência de estabilidade.

O levantamento realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) revela que a oscilação observada nos últimos três meses, mesmo que em nível ainda positivo, segue em patamar menor que o registrado no ano passado, ficando 20,3% inferior no comparativo com outubro do ano passado, quando o índice estava em 142,4 pontos.

O presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, explica as consecutivas quedas na pesquisa, observada desde dezembro do ano passado. "O índice mostrou expressiva queda, mantendo sua

pontuação mais próxima de 100, patamar que mantém as expectativas dos empresários do comércio positivas, nesse sentido é possível ver que as condições atuais são as observações mais negativas para outubro, apesar disso as expectativas se mostraram em crescimento".

Já com relação aos subíndices da pesquisa, os que mostraram queda na variação mensal foram as Condições Atuais da Economia (-11,4%), Condições Atuais do Comércio (-5,5%), Nível de Investimento das Empresas (-3,1%), além da Situação dos Estoques (-0,2%). Já na avaliação anual, os componentes também mostram queda, com destaque para Condições Atuais da Economia (-47,2%) e Condições Atuais do Comércio (-36,8%).

Segundo análise do IPF-MT, a chegada das datas comemorativas de fim de ano e a confiança do empresariado ao nível de otimismo, assim como os indicadores inflacionários em baixa, ajudam a impulsionar o consumo. Assim como o acesso ao crédito facilitado das famílias in-

fluenciam para uma melhora pontual do índice neste período do ano.

"O monitoramento da confiança dos empresários do comércio é importante para entender a dinâmica do setor e as tendências que norteiam suas atuações no mercado local, como a observação da economia e a expectativa de contratação, que mesmo as condições em visão negativa, ainda mostram que os empresários estão mais propensos a contratar neste período do ano".

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - Um levantamento do IPF-MT, divulgado em outubro, mostrou a tendência de contratação de funcionários para este fim de ano, que deve atingir mais de 6,3 mil novos empregos no estado, um aumento de 2% no comparativo com o ano anterior.

"O aumento na expectativa de vagas temporárias está conectado ao avanço do mercado de trabalho no estado, assim como nas perspectivas de gastos no fim do ano, em que as famílias se mostram mais dispostas a consumir", concluiu Wenceslau Júnior.

Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreiro. Nossa maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.

Esquadrias de ALUMÍNIO

LINHAS	CORES
<ul style="list-style-type: none"> ☉ Suprema ☉ Gold ☉ 30 Infinite ☉ 42 Reforçada 	<ul style="list-style-type: none"> ☉ Bronze ☉ Branca ☉ Prata Fosco ☉ Amadeirada ☉ Preto

SERRALHERIA COMPLETA
Máquinas de última geração

Vidraçaria & Serralheria

Todos os nossos produtos são fabricados com equipamentos de última geração e com o mais alto tecnologia. A utilização de matéria prima de melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos.

NOSSOS PRODUTOS

- ☉ Envidraçamento de Socodas
- ☉ Coberturas de Vidro
- ☉ Box para Banheiro
- ☉ Guarda-Corpo de Vidro
- ☉ Espelhos
- ☉ Esquadrias de Alumínio
- ☉ E muito mais...

Fale Conosco
(65) 3642-3344
Ligue agora!

Av. Gonçalo Antunes de Barros, 285
Bosque da Saúde, Cuiabá - MT, 78050-175
www.casadosvidrosmt.com.br

COMÉRCIO BILATERAL

A Zona de Processamento de Exportação de Cáceres deve tornar-se um canal de ligação entre o estado e o país, principal parceiro comercial

ZPE pode ligar Mato Grosso à China

Rodolfo Perdigão/Secom-MT

Gabriel Soares

Perto de finalmente entrar em operação após décadas de espera, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Cáceres deve se tornar um canal de ligação entre Mato Grosso e seu principal parceiro comercial, a China. Ao menos esse têm sido o tom das conversas da comitiva mato-grossense que esteve visitando o gigante asiático na última semana, sob a liderança do governador Mauro Mendes (União).

A comitiva visitou ao menos duas províncias que já têm experiências com zonas de livre comércio, entre elas a província de Hainan, onde está localizada a maior zona franca da China. Por lá, os empresários e os membros do governo mato-grossense aproveitaram para trocar experiências sobre a operação da zona de livre comércio.

“Fomos recepcionados na prefeitura de Hainan, capital da província e temos o objetivo de conhecermos a maior zona de livre comércio da China. Como a nossa ZPE de Cáceres já em fase de conclusão, trocar experiências sobre esse modelo de operação será muito proveitoso para o nosso estado”, afirmou Silvio Rangel, presidente do Sistema Fiemt.

Rangel destacou que o fortalecimento da re-

lação comercial entre Mato Grosso e a província de Haikou é muito estratégico, principalmente devido ao modelo econômico da província, que aposta nas zonas de livre comércio de exportação como forma de impulsionar a integração do país com a economia mundial.

Já na província de Shaanxi, o vice-governador local indicou o objetivo de criar um canal de negócios entre a Zona Franca do estado chinês e a ZPE de Cáceres, ampliando o potencial de comércio bilateral. Durante a passagem por Shaanxi, o governo do Estado assinou termos de colaboração, intenções e aproximação no comércio exterior.

“É uma província muito semelhante ao Mato Grosso, fica no centro do país e hoje estão desenvolvendo uma área de Porto Seco. Foi colocado que também temos esse mesmo projeto com a ZPE de Cáceres que é um modelo muito semelhante. Já indiquei ao governo do nosso estado a necessidade de celeridade nessa obra”, explicou o deputado estadual Diego Guimarães (Republicanos), ao lembrar que ainda é preciso acelerar a efetivação dos módulos da ZPE de Cáceres.

Enquanto a comitiva mato-grossense trabalha na construção de parcerias do outro lado



Ao menos quatro empresas já estão confirmadas para se instalar no local, e outros três grupos negociam para fazer parte da ZPE

do mundo, o trabalho continua em Mato Grosso para avançar no processo de implantação e alfandegamento da ZPE. Durante a semana, o governador em exercício, Otaviano Pivetta, e o presidente em exercício da Fiemt, Heloizo Motta, se reuniram para debater essas questões e buscar soluções para acelerar a implantação da ZPE.

Ao menos quatro empresas já estão confirmadas para se instalar no local e outros três grupos negociam para

fazer parte da ZPE. A formação é do presidente da Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Cáceres (Azpec), Adilson Reis.

“Já temos quatro empresas confirmadas na ZPE, inclusive formalizadas junto ao Conselho Nacional de ZPE. Estamos ainda nas tratativas com pelo menos mais três grandes grupos. Com o aceite da administradora e formalização das empresas junto ao Conselho, autorizamos o início das obras estruturais”, explicou.

SOBRE A ZPE - O Governo de Mato Grosso está construindo a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), com investimento estimado em R\$ 16 milhões. A obra é realizada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Secdec).

As ZPEs são distritos industriais incentivados, destinados a sediar empresas orientadas para o mercado externo. As empresas que se insta-

larem na ZPE têm acesso a tratamento tributário, cambial e administrativo especiais.

A Zona de Processamento de Cáceres é a terceira do Brasil e terá uma área de aproximadamente 240 hectares, e o projeto está dividido em cinco módulos, que são os lugares onde as empresas vão se instalar, mais a área administrativa. Para entrar em funcionamento, também é necessário a regularização do alfandegamento pela Receita Federal.

CLIMA DESFAVORÁVEL

Atraso da soja ameaça a safrinha

Gabriel Soares*

O clima tem causado desafios para os agricultores de Mato Grosso nesta temporada. O calor extremo e a estiagem registrados em outubro atrasaram o plantio de soja, o que deve impactar diretamente o calendário ideal de plantio do milho, o que, por sua vez, pode influenciar as tecnologias adotadas e a extensão da área plantada para o próximo ciclo agrícola. Porém, esse é apenas um dos desafios para os produtores nesta safra, conforme alerta a Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso (Fundação MT).

O IV Encontro Técnico Milho, promovido pela Fundação MT, a ser realizado nos dias 22 e 23 de novembro, no Hotel Gran Odara, em Cuiabá-MT, vai debater esse tema e outros desafios que os produtores de milho enfrentam na região.

Além das questões climáticas, os produtores também têm que lidar com a pressão sobre as margens de produção do milho. De acordo com Jefferson Souza, analista da Agrinvest Commodities e palestrante no evento, os preços do milho no Médio Norte de Mato Grosso caíram mais de 30% em relação ao começo do ano, achatando as margens dos produtores, mesmo quando se considera a queda no custo de produção.

“O produtor de milho ainda precisa lidar com o achatamento nas mar-

gens de produção. Em fevereiro deste ano, os preços do milho no Médio Norte de MT eram negociados acima de R\$ 60 por saca, mas agora as cotações estão abaixo de R\$ 40”, detalha Jefferson.

O mercado de fertilizantes para o milho de segunda safra também enfrenta desafios. As aquisições para a próxima safra estão atrasadas e Mato Grosso, o maior estado produtor de milho do Brasil, adquiriu apenas cerca de 67% das necessidades para o próximo ciclo, o que representa o número mais baixo dos últimos cinco anos para o mesmo período.

“Este número é o mais baixo para o período nos últimos cinco anos. Como exemplo, na primeira quinzena de outubro do ano passado

as compras para o milho ‘safrinha’ já haviam superado 80%”, aponta o especialista.

Diante desse cenário, os produtores de milho são aconselhados a considerar uma redução na tecnologia empregada na cultura e até mesmo a possibilidade de reduzir a área plantada na próxima safra, buscando equilibrar os custos e garantir resultados mais satisfatórios.

ATRASO NA SOJA - O plantio da safra de soja também se encontra no pior patamar dos últimos cinco anos. Segundo relatório do Instituto Mato-grossense de Economia Aplicada (Imea), a semeadura atingiu 83,32% na última sexta-feira, 3 de novembro, mais de 5 pontos percentuais abaixo da média dos últimos cinco anos.

Na comparação com a safra passada, 2022/23, o atraso é ainda maior, superando os 10 pontos percentuais. No começo de novembro de 2022, a semeadura da soja estava em 93,57%.

Segundo a Associação de Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja-MT), a situação é preocupante porque as chuvas ainda não se regularizaram. Devido aos problemas climáticos, alguns produtores só começaram a fazer o plantio na última semana de outubro, especialmente na região Sul do estado.

O cenário já indica um prejuízo para os produtores, comenta o vice-coordenador de Defesa Agrícola da Aprosoja, Jorge Diego Giacomelli. A questão é aguardar para saber qual a dimensão desse prejuízo.

* Com assessoria

Christiano Antonucci/Secom-MT



Além das questões climáticas, os produtores também têm que lidar com a pressão sobre as margens de produção do milho

DINHEIRO CIRCULANDO

Pagamento do 13º injetará R\$ 291 bilhões na economia

Bruno Bocchini - ABR

O pagamento do 13º salário deverá injetar na economia brasileira cerca de R\$ 291 bilhões, diz levantamento divulgado na última quinta-feira (9) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O valor representa aproximadamente 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) e será pago a cerca de 87,7 milhões de pessoas: trabalhadores do mercado formal, beneficiários da Previdência Social e aposentados e beneficiários de pensão da União e dos estados e municípios. Em média, cada trabalhador deverá receber R\$ 3.057.

Do montante a ser pago como 13º, cerca de R\$ 201,6 bilhões, ou 69% do total, irão para empregados formais, incluindo trabalhadores domésticos, e 31%, (R\$ 89,8 bilhões) para aposentados e pensionistas. Beneficiários da Previdência Social (32,8 milhões de pessoas) receberão R\$ 55,4 bilhões, aposentados e pensionistas da União, R\$ 11,2 bilhões (3,8%); aposentados e pensionistas dos estados, R\$ 17,5 bilhões

(6%); e aposentados e pensionistas dos regimes próprios dos municípios, R\$ 5,6 bilhões.

A maior média do valor do 13º será paga aos trabalhadores do setor de serviços (R\$ 4.460). A indústria aparece com o segundo valor, equivalente a R\$ 3.922; e o menor fica com os trabalhadores do setor primário da economia, R\$ 2.362.

O maior valor médio para o 13º será destinado aos trabalhadores, aposentados e pensionistas no Distrito Federal (R\$ 5.400) e o menor, no Maranhão e Piauí (R\$ 2.087 e R\$ 2.091, respectivamente).

Segundo o Dieese, para o cálculo do pagamento do 13º salário em 2023, foram reunidos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), ambos do Ministério do Trabalho e Emprego. Também foram consideradas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Previdência Social e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).